

## Barreiras atitudinais: obstáculos a serem superados na educação profissional e tecnológica.

Elis Regina Pôncio<sup>1</sup>, Andréa Poletto Souza<sup>2\*</sup>  
\*Orientadora

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
*Campus Porto Alegre. Porto Alegre, RS, Brasil.*

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
*Campus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS, Brasil.*

**Resumo.** Este artigo trata de recorte de um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, tendo como tema “Inacessibilidades decorrentes de barreiras atitudinais no contexto acadêmico e profissional de instituições de ensino profissional e tecnológico”. A motivação para a escolha do tema se deu com base na experiência profissional da pesquisadora, a qual lhe fez crer que as barreiras atitudinais, por não serem tangíveis como as físicas, nem sempre são reconhecidas e abordadas, não sendo, portanto, minimizadas. E ainda, por ter como um dos valores que lhe move enquanto psicóloga, o princípio do fazer profissional “amoroso”, no sentido de empático, bem como, por trabalhar com o desenvolvimento da inteligência emocional. O local escolhido para a investigação, realizada no ano de 2018, foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no campus Bento Gonçalves. O problema levantado foi: Como contribuir para que pessoas com ou sem deficiência possam reconhecer, enfrentar e derrubar barreiras atitudinais, as quais possivelmente existem em seu ambiente acadêmico e/ou profissional? A justificativa para tais reflexões é a de que a ignorância, no sentido de desconhecimento deste tema deve ser combatida, pois que, tanto a sociedade, como as pessoas com deficiência, as quais sofrem os efeitos das inacessibilidades em seus cotidianos, podem por meio do conhecimento desenvolver maior conscientização e, conseqüentemente agirem em prol da remoção de tais barreiras. O objetivo geral é contribuir para a minimização das barreiras atitudinais existentes nesses espaços. O público-alvo escolhido como objeto deste estudo foi uma amostra, no total de 12 (doze) pessoas com e sem deficiência (servidores técnicos, professores e alunos). A metodologia está baseada na abordagem qualitativa, com estudo de caso. A técnica escolhida para a coleta de dados foi o Grupo Focal; por meio do qual se realizou rodas de conversa como método de provocar reflexões sobre o entendimento dos conceitos: acessibilidade atitudinal, barreiras atitudinais/preconceito. Como resultado obteve-se dados relevantes, que subsidiaram o desenvolvimento do produto educacional, caracterizado

como um Kit Pedagógico – Digital e Acessível, de acordo com a discussão de que há indícios de comportamentos discriminatórios no ambiente pesquisado. Conclui-se, dessa forma, que o produto é de relevância social e educacional; e que alcança o objetivo de educar, orientar, conscientizar sobre o combate ao preconceito contra pessoas com deficiência. A teoria tem como base dois principais autores: Jung - Psicologia Analítica e Educação Espiritualista e Vygotsky - Educação Sócio histórica.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Barreiras atitudinais. Preconceito.

**Abstract.** This article deals with the study of a research project of Master's Degree in Professional and Technological Education, with the theme "Inaccessibilities arising from attitudinal barriers in the academic and professional context of professional and technological teaching institutions". The motivation for choosing the theme was based on the researcher's professional experience, which led her to believe that attitudinal barriers, because they are not tangible as the physical ones, are not always recognized and addressed and are not therefore minimized. And yet, by having as one of the values that moves him as a psychologist, the principle of doing professional "loving" in the sense of empathic, as well as by working with the development of emotional intelligence. The place chosen for the research, held in 2018, was the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul, at the Bento Gonçalves campus. The problem raised was: How can people with or without disabilities be able to recognize, confront and overcome attitudinal barriers, which may exist in their academic and / or professional environment? The justification for such reflections is that ignorance, in the sense of ignorance of this theme, must be combated, since both society and people with disabilities, who suffer the effects of inaccessibility in their daily lives, can by means of develop awareness and, consequently, work towards the removal of such barriers. The general objective is to contribute to the minimization of the attitudinal barriers existing in these spaces. The target audience chosen as the object of this study was a sample of 12 (twelve) people with and without disabilities (technical staff, teachers and students). The methodology is based on the qualitative approach, with a case study. The technique chosen for data collection was the Focal Group; by means of which wheels of conversation were realized as a method to provoke reflections on the understanding of the concepts: attitudinal accessibility, attitudinal barriers / prejudice. As a result, relevant data were obtained, which subsidized the development of the educational product, characterized as a Pedagogical Kit - Digital and Accessible, according to the discussion that there are indications of discriminatory behavior in the researched environment. It is concluded, therefore, that the product is of social and educational relevance; and which achieves the goal of educating, guiding, and raising awareness about combating prejudice against persons with disabilities. The theory is based on

two main authors: Jung - Analytical Psychology and Spiritual Education and Vygotsky - Socio-historical Education.

**Keywords:** Accessibility. Attitudinal barriers. Prejudice.

## Introdução

Este artigo trata-se de recorte de um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica que tem como tema as “Inacessibilidades decorrentes de barreiras atitudinais no contexto acadêmico e profissional de instituições de ensino profissional e tecnológico”. A pesquisadora motivou-se pelo tema, a partir de sua experiência profissional no acolhimento a pessoas com deficiência em uma instituição de ensino público. Em seu cotidiano de trabalho foi possível perceber que as barreiras atitudinais, por não serem tangíveis como as físicas, nem sempre são reconhecidas como tais por quem as impõe e por quem sofre suas consequências. O tema lhe é caro por ter como um de seus valores profissionais, enquanto psicóloga, o saber-fazer “amoroso”, no sentido de empático, bem como, por trabalhar com o desenvolvimento da inteligência emocional. Ao refletir sobre que em outras instituições de ensino também deve haver barreiras atitudinais e pessoas desejando alguma ação para combater o preconceito contra pessoas com deficiência foi que surgiu a ideia de ir além-muros de seu ambiente de trabalho. Desta maneira sua inquietação tomou a forma de pesquisa, materializando-se a partir da seguinte questão problema: Como contribuir para que pessoas com ou sem deficiência possam reconhecer, enfrentar e derrubar barreiras atitudinais, as quais possivelmente existem em seu ambiente acadêmico e/ou profissional? Justificam-se tais reflexões, por ser de fundamental importância, o desenvolvimento de ações que visem combater discriminações e preconceitos contra pessoas com deficiência. De acordo com primeiro parágrafo da Lei 13.146, de 06/07/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência [...] [grifo nosso] (BRASIL, 2015, p.3).

E no Art. 4º desta mesma lei diz que: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p.3). Esta citação corrobora o entendimento de que há a necessidade de se combater toda e qualquer discriminação, as quais muitas vezes acontecem, inclusive, por ignorância. Faz-se necessário que tal ignorância, no sentido de desconhecimento do tema aqui abordado seja combatida, tanto na sociedade, como dentro das instituições de ensino. Todos, pessoas sem ou com

deficiência podem e devem por meio do conhecimento ampliar a consciência para, conseqüentemente tornarem-se capazes de derrubarem tais barreiras, dessa forma exercitando o poder do conhecimento. A ignorância, no sentido de desconhecimento, pode contribuir para que barreiras atitudinais sejam erguidas, mas o conhecimento pode estimular a conscientização, a ponto de derrubá-las. Segundo a lei supramencionada a definição de BARREIRAS é:

Qualquer entrave, obstáculo, **atitude ou comportamento** que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [grifo nosso] (BRASIL, 2015, p. 2).

A referida lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. Para este estudo interessam as barreiras atitudinais, as quais, de acordo com essa mesma lei refere-se a: “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 3).

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é o de contribuir para a minimização das barreiras atitudinais existentes nos espaços supramencionados. Como objetivos específicos pretende-se identificar barreiras atitudinais existentes nos contextos acadêmico e profissional da instituição pesquisada e desenvolver um produto educacional, o qual deverá ser um kit pedagógico, composto por um vídeo e um plano de aula que abordam o tema e promovam ações de exercício da alteridade nesses espaços. Para formatar este estudo, buscaram-se fragmentos da teoria analítica junguiana e sócio histórica vygotskyana, que pudessem dar conta de uma melhor compreensão de homem e de sua predisposição ao preconceito. De acordo com Jung (1980) as pessoas têm determinadas tendências e predisposições para agir e reagir de tal ou tal forma diante de cada situação, exatamente como os animais e, ainda de forma racional ou irracional:

A razão, porém, é rodeada de todos os lados pelo irracional, por aquilo que não concorda com ela. Essa irracionalidade também é uma função psíquica, o inconsciente coletivo, enquanto a razão é essencialmente ligada ao consciente. A consciência precisa da razão para descobrir uma ordem no caos do universo dos casos individuais para depois também criá-la, pelo menos na circunscrição humana. Fazemos o esforço louvável e útil de extirpar na medida do possível o caos da irracionalidade dentro e fora de nós (JUNG, 1980, p.64).

Segundo Lucci (2006), Vygotsky concebe o homem como ser cultural, construtor da sua cultura, formador e transformador de sua própria consciência, a qual transformada altera o mundo/ambiente/sociedade em que vive. Portanto, podemos acreditar que pessoas que promovem ações positivas contra o preconceito, por exemplo, tornam-se agentes transformadores de suas e de outras consciências.

A teoria histórico-cultural ou sociocultural do psiquismo humano de Vygotsky, também conhecida como abordagem sociointeracionista, toma como ponto de partida as funções psicológicas dos indivíduos, as quais foram classificadas como elementares e superiores, para explicar o objeto de estudo da sua psicologia: a **consciência** [grifo nosso] (LUCCI, 2006, p.7).

Segundo Souza e Andrada (2013, p.5) para Vygotsky “conhecer algo é perceber seus significados e sentidos e dar-lhe novos contornos”. E de acordo com Silva et al (2017) por meio da compreensão e uso do que pregou Vygotsky, os olhares limitantes sobre as pessoas com deficiência podem mudar para melhor, para que passem a ser olhares destituídos de preconceito:

[...] o materialismo histórico dialético é o que melhor possibilita as bases para uma concepção de homem com deficiência que rompa com as tradicionais compreensões fatalistas e deterministas, que veem na deficiência apenas limites e impossibilidades (SILVA et al, 2017, p.1).

### Sobre o preconceito contra pessoas com deficiência



Figura 1: cartum sobre preconceito  
Fonte: Ricardo Ferraz (uso de imagem autorizado pelo autor)

A seguir é apresentado um breve resgate histórico acerca do preconceito contra pessoas com deficiência. E ao que parece, não há mesmo, limites para atitudes humanas negativas, assim como também não há para positivas, o que então nos traz

maior alento sobre o futuro, que, aliás, “é construído em cada hoje”. O preconceito contra as pessoas com deficiência é algo muito antigo. Evidencia-se antes ainda da Idade Média, na Idade Antiga, período da história compreendido a partir do desenvolvimento da escrita, pelos sumérios, por volta de 4000 a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 da era cristã (DIVISÃO DA HISTÓRIA, 2017). Na idade Antiga o entendimento era o de que, pessoas nascidas com deformidades físicas ou mentais e não à imagem e semelhança de Deus eram consideradas uma abominação. Período esse onde, bem mais próximo do seu final, uns 400 anos antes da vinda de Cristo viveram os filósofos Platão e Aristóteles, os quais contribuíram para a organização política daquela sociedade. Segundo Gugel (2007, p.3) em um dos livros de Aristóteles, com o título de ‘A Política’ – Livro VII, capítulo XIV – está escrito o seguinte: “quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada”. Daí entende-se que nesse período da história nem segregação existia, era eliminação direta.

Um pouco mais tarde, ainda na Idade Antiga, os gregos e romanos, baseados nos mitos e nas perfeições de seus muitos deuses, também não aceitavam as pessoas com deficiência, corroborando, Peranzoni e Freitas (2000), de acordo com Bez nos dizem que:

[...] na antiga Grécia, a deficiência era totalmente ignorada, não possuía nenhum espaço, considerando que a beleza e **o culto ao corpo e à perfeição física eram tidos como condição sine qua non para a participação em sociedade**, e uma pessoa com deficiência, considerada então feia, malformada, era, por consequência, praticamente uma ofensa ao povo. Assim, quando nascia uma criança que apresentava alguma deficiência esta devia passar por um "conselho" que definiria se deveria viver ou morrer. A criança destinada à morte era conduzida ao Apothetai, o que significa depósito [grifo nosso] (PERANZONI; FREITAS, 2000, p.1).

Em Roma, as leis permitiam aos pais o direito de matar os filhos que nasciam com alguma deficiência, por meio de afogamento. Os pais que não tinham a coragem de matar seus filhos disformes os jogavam dentro de cestos, ao rio que banhava a cidade, ou largavam em locais considerados sagrados. Essas crianças quando encontradas, se sobreviventes, tornavam-se exploradas de diferentes formas (GUGEL, 2007). O fim do Império Romano e a queda de Constantinopla no Século XV marcam o início da Idade Média. Nesse período da história, os valores religiosos distorcidos dos ideais cristãos dominavam, de forma que havia uma acentuada crença em eventos sobrenaturais, tanto para o bem como para o mal. Crenças essas, através das quais, por exemplo, se acreditava que o "comportamento diferente" de uma pessoa com deficiência mental era unicamente devido a forças espirituais demoníacas, ou seja, eram forças maléficas e as pessoas acometidas desse mal precisavam ser eliminadas do convívio social (PERANZONI; FREITAS, 2000).

Após o fim da Idade Média vem a Idade Moderna, que vai do Século XV ao Século XVIII, finalizando em 1789 com a Revolução Francesa - foi um tempo de novas ideias. Ideias, em especial, marcadas pelo Humanismo do Século XVI, provocando grandes transformações, como o renascimento das artes, da música e da ciência (GUGEL, 2007). Leonardo Da Vinci viveu na Idade Moderna. Foi nesse período que surgiram as primeiras tecnologias assistivas, ou seja, os primeiros métodos, de leitura labial e de sinais, para a educação de pessoas surdas, embora houvesse ainda muita resistência da sociedade ao considerarem que os surdos não tinham condição nenhuma de aprendizagem. Houve ainda a fabricação das primeiras próteses para os amputados retornados das guerras e diferentes tipos de cadeiras de rodas. Só de escrever sobre esse período já gera um otimismo em relação ao que pode de positivo o ser humano realizar, quando amplia sua consciência, pois muitas coisas boas realmente foram realizadas em todas as áreas do desenvolvimento humano nas sociedades.

Seguindo a linha do tempo, depois dos valores mais arcaicos vividos na Idade Antiga e Idade Média, passando pelos avanços da Idade Moderna, chegamos ao Século XVIII, na Idade Contemporânea, compreendida a partir do ano de 1789, até os dias atuais (DIVISÃO DA HISTÓRIA, 2017). Até o Século XVIII, o entendimento a respeito de deficiência era basicamente ligado ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de compreensões realísticas (MAZZOTTA, 1995). Foi a partir desse século, então, que as compreensões realísticas tomaram a frente e a ciência médica iniciou seus estudos, com os quais pretendiam dar conta do “que”, “como” e “por que” de alguém nascer com determinada característica física limitante, incapacitante ou comportamento mental diferente do considerado normal da maioria das pessoas. Dessa forma, Peranzoni e Freitas (2000) referem que, segundo Pessotti, neste século, pessoas com deficiência passaram a ser estudadas por médicos, os quais, por meio de seus estudos científicos evidenciaram que muitas deficiências eram resultantes de lesões e disfunções orgânicas.

Embora as pessoas com deficiência passassem a ter, a partir desse novo paradigma da ciência, o atendimento às suas necessidades básicas de saúde, isso não foi o suficiente para eliminar ou reduzir a discriminação e sua consequente segregação social. Sendo assim, também para alívio das próprias famílias, as PcDs eram encaminhadas a asilos e hospitais, onde eram impedidas de viver o afeto familiar, bem como o comunitário e tudo o mais que torna o sujeito um ser social, no contato com o “outro” em sociedade. Essas pessoas, não mais eliminadas, agora eram isoladas, porém misturadas a outras pessoas que também eram segregadas, como as loucas, criminosas e as mulheres prostitutas.

Ainda que tenha havido avanços científicos, entre o Século XVIII e o XIX seguindo um pouco mais a evolução histórica, pode-se dizer que pouca coisa mudara nas sociedades acerca da segregação das PcDs. Segundo Peranzoni e Freitas (2000)

até o início do Século XIX, as deficiências permaneceram associadas à incapacidade e não se vislumbrava nenhuma mudança desse pensamento, com exceção de poucos. As pessoas com deficiência continuavam sendo consideradas como seres inúteis e dependentes; a rotina comum ainda era a do abandono. Mas também nesse período, no Século XIX, na Europa, em termos de conquistas tecnológicas, coisas boas aconteceram como a invenção da escrita em Braille, método de escrita e leitura para o uso de pessoas cegas, o qual perdura até os dias de hoje (GUGEL, 2007).

Fechando a explanação sobre o Século XIX temos que esse século, ainda com reflexos das ideias humanistas da Revolução Francesa, ficou marcado na história das pessoas com deficiência. Finalmente se percebia que elas não só precisavam de hospitais e abrigos, mas, também, de atenção especializada. É nesse período que se inicia a constituição de organizações para estudar os problemas de cada deficiência. Difundem-se então os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física. Grupos de pessoas organizam-se em torno da reabilitação dos feridos para o trabalho, principalmente nos Estados Unidos e Alemanha (GUGEL, 2007).

Segundo Gugel (2007) o Brasil seguiu o movimento europeu procurando dar maior assistência a pessoas com deficiência visual e auditiva. Dessa forma criou por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Estado do Rio de Janeiro, hoje sendo chamado de Instituto Benjamin Constant, o IBC. Logo em seguida, em 1857, foi fundado o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos, o INES. INES e IBC são atuais órgãos do Ministério da Educação.

No Século XX, embora com as guerras, a sociedade se organizou para prover melhores condições de atendimento às pessoas com deficiência. Nesse século houve o aperfeiçoamento dos recursos de tecnologia assistiva iniciados na Idade Moderna. Diferentes modelos de cadeiras de rodas foram inventadas, outras aperfeiçoadas, assim como diferentes sistemas de escrita e leitura para cegos e surdos. Em torno dos anos 1902, a Europa começou a pensar que as pessoas com deficiência deveriam participar ativamente na sociedade e a Alemanha fez seu primeiro levantamento da quantidade de PcDs no país, com o propósito do Estado melhor atendê-las. Os Estados Unidos organizaram, pela Casa Branca, a primeira Conferência sobre os Cuidados de Crianças Deficientes. Organizou também, em empresas, um trabalho protegido para as PcDs. Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho, a OIT, com o objetivo de tratar as pessoas acidentadas nas guerras, reabilitando-as ao trabalho, bem como outras pessoas com deficiência (GUGEL, 2007).

E, no ano de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo mobilizado pelas mazelas e sequelas do pós-guerra, se uniu e criou, por meio da Carta das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas – ONU. A Organização das Nações Unidas se desdobrou em outras quatro organizações, sendo elas: a Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência – ENABLE, a



Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Organização Mundial da Saúde – OMS (GUGEL, 2007). A partir daí muitas outras organizações foram e estão sendo criadas, umas governamentais outra não, mas todas com o propósito de melhor organizar a vida em sociedade.

Importante ressaltar que ainda dentro do Século XX, em 1948, a partir da Carta das Nações Unidas, reforçada pela ONU, surge outro documento se agregando a essa, mas também em sua substituição, sendo chamado de Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa Declaração, em seu artigo 1º temos que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (UNICEF – BRASIL, p.1). Essa Declaração é um documento importantíssimo que veio para dar força e voz aos diversos movimentos de luta por igualdade e respeito às diferenças humanas. Portanto, pode-se dizer, em relação às pessoas com deficiência, na contemporaneidade, que elas já não estão totalmente abandonadas à própria sorte; na verdade, à sorte designada por outrem intolerante e preconceituoso. Essas pessoas já não podem ser simplesmente isoladas em “depósitos”, como na antiguidade.

### **Metodologia – método e técnica para o percurso da pesquisa**

A metodologia baseada na abordagem qualitativa, com estudo de caso teve como material de coleta de dados, revisão bibliográfica e técnica de Grupo Focal, o que permitiu se chegar ao resultado do desenvolvimento de um produto educacional. Por meio da técnica do Grupo Focal foram realizadas rodas de conversa, como método de provocar reflexões sobre o entendimento dos conceitos: acessibilidade atitudinal, barreiras atitudinais/preconceito. Para justificar a utilização desta técnica referencia-se Gatti (2005): a autora refere que esta técnica é cada vez mais utilizada, possibilitando ao pesquisador, o entendimento sobre diferenças, divergências, contraposições e contradições nos discursos dos indivíduos, interagindo em grupo. A técnica de Grupo Focal foi escolhida por se acreditar que, por meio dela haveria maior possibilidade de compreensão das percepções e concepções dos participantes acerca do preconceito contra pessoas com deficiência; e como essas concepções influenciariam nos inter-relacionamentos dentro do campus. Ainda de acordo com Gatti (2005), o pesquisador, ao utilizar-se da técnica do Grupo Focal, consegue alcançar não só o que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam; por esse motivo também foi que se deu a escolha dessa técnica de investigação; por considerar-se que, para a compreensão das percepções e concepções dos indivíduos participantes sobre o preconceito, a técnica de coleta de dados deveria ser interativa, dessa forma possibilitando que o próprio grupo encontrasse sentido nas suas percepções sobre o tema em discussão.

### **O Grupo Focal possibilitando resultado e discussão**

De acordo com o que foi levantado observado e analisado das interações nas rodas de conversa, as quais se deram em dois encontros, tem-se como primeiro resultado, o desenvolvimento do produto educacional deste estudo, qual seja: um material técnico-educativo, que desenvolvido em formato de “*mídia educacional*” - terminologia de produto educacional definida pelos documentos da área de ensino da Capes. O produto, portanto, caracteriza-se como um Kit Pedagógico – Digital e Acessível (com tecnologia de áudio descrição e leitura em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS). Idealizado para servir como material lúdico, informativo e educativo; e para sensibilização e conscientização sobre o preconceito e sobre como exercitar nas pessoas, a alteridade e a cidadania. O Kit, enquanto produto digital serve para uso em ambiente virtual, de apoio ao trabalho e estudo de professores e alunos ligados à Educação Profissional e Tecnológica. Esta primeira versão do kit - contem 01 (um) gibi digital e 01 (um) plano de aula, oferecendo duas sugestões de aplicabilidade; podendo servir, tanto para ser ministrado em aula presencial, como na modalidade à distância.

A investigação, por meio de rodas de conversa, utilizando-se da técnica de Grupo Focal, já mencionado anteriormente, possibilitou a compreensão de percepções e concepções dos participantes sobre as barreiras atitudinais; sobre de que forma essas seriam vivenciadas ou não no convívio acadêmico. A interação em grupo favoreceu para que relatos das experiências individuais pudessem ser abordados, discutidos e compreendidos a partir de suas semelhanças e diferenças. O número de participantes na composição do GF, que era para ser de doze, foi composto por 09 (nove) indivíduos, dentre eles, servidores técnicos e alunos, nenhum professor convidado respondeu ao convite para participação na pesquisa. Evidenciou-se nas discussões, que a preocupação com a acessibilidade se dá mais em nível de barreiras concretas, do que atitudinais. Para os participantes, as barreiras concretas, como as urbanísticas e arquitetônicas, por exemplo: falta de uma rampa ou de um piso tátil, são visíveis e, portanto mais cobradas que existam nas instituições; já as barreiras atitudinais, como as que provêm do preconceito, nem sempre são percebidas pelo entorno, parecendo ser de menor importância para quem não sofre as suas consequências. Quanto aos espaços de ensino, os participantes consideraram importante, independentemente de serem formal ou não formal, que haja mais incentivo a ações afirmativas, inclusive, no que diga respeito aos direitos humanos em geral e em especial à educação inclusiva.

De acordo com documento elaborado pelo Grupo de Trabalho, nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, intitulado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal, ao contextualizar as

circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (p. 1). Antes ainda desse trecho, o documento ressalta que: “O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2007, p. 1)”.

E, ainda considerou-se que, para efetiva inclusão das pessoas com deficiência nos espaços de ensino se faz necessário que as práticas de inclusão superem as teorias previstas em leis, buscando, dessa forma, minimizar seu sofrimento e possibilitar sua permanência e êxito no ambiente acadêmico. Por meio do real cumprimento das leis conquistadas a favor dos direitos das pessoas com deficiência muitas coisas podem realmente ser organizadas e melhoradas dentro de uma sociedade, se bem interpretadas e bem cumpridas. No Brasil ainda há grandes distâncias entre teoria e prática legislativa. O pesquisador Caiado (2009) corrobora declarando:

Ao estudarmos a legislação brasileira e os documentos internacionais que versam sobre os direitos humanos é muito comum nos espantarmos com a distância entre o discurso legal e a vida cotidiana. Parece-nos fato natural não existirem vagas em escolas públicas para todas as crianças e jovens com deficiência, e, também nos parece natural que adultos com deficiência vivam de caridade ou assistência, porque não há trabalho. Também, parece-nos fato naturalizado não encontrarmos pessoas com deficiência em lugares públicos, afinal como elas se locomoveriam diante de tantos degraus, escadas e barreiras ao longo de seu caminho? (CAIADO, 2009, p.332).

### **Considerações finais, a título de conclusão até o presente momento: salientando-se as perspectivas deste estudo.**

A presente pesquisa, sendo realizada por uma profissional da área da saúde mental, neste caso, uma psicóloga, vem contribuindo com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do momento em que traz para os espaços de ensino, possibilidade de escuta e interação em grupo, onde um tema de grande relevância social e educacional está sendo abordado. E que poderá seguir sendo abordado, por meio de seu produto educacional, o qual viabiliza debates acerca do sofrimento e danos que o preconceito causa às pessoas com deficiência. A psicologia ao dialogar com a educação pode contribuir para que o tema “barreiras atitudinais” seja difundido e trabalhado em salas de aula e em cursos de formação de professores, minimizando comportamentos preconceituosos e atitudes discriminatórias e contribuindo para a remoção das barreiras atitudinais. Um kit pedagógico produzido com base teórica interdisciplinar, que aborda as dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho ou de

estudo de pessoas com deficiência, onde as narrativas sobre o preconceito são, em sua maioria, de indivíduos que possuem alguma deficiência, dá ainda mais força ao lema “*nada sobre nós sem nós*”, tornando-se por si só um importante instrumento de comunicação e de educação. O impacto deste produto educacional para a área do ensino é o de carregar em si o sentido genuíno de “comunicar”, pois estamos falando de relações humanas e conseqüentemente de comunicação humana.

Por fim... Comunicar para aprofundar o debate acerca da necessidade de reconhecimento e respeito às diferenças.

### Referências:

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/>>. Acesso em: set.2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: set.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/documentos/documentos\\_de\\_area\\_2017/documento\\_ar\\_ea\\_ensino.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/documentos_de_area_2017/documento_ar_ea_ensino.pdf)>. Acesso em: set.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: nov.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. SETEC. **Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema1.pdf>>. Acesso em: set.2018.

CAIADO, K. R. M. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Revista “**Educação Especial**”. v. 22, n. 35, p. 329-338, set./dez. Santa Maria, 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: nov.2018.

DIVISÃO DA HISTÓRIA. **Toda Matéria**: conteúdos escolares. Disponível em: <[HTTPS://www.todamateria.com.br/divisao-da-historia/](https://www.todamateria.com.br/divisao-da-historia/)>. Acesso em: set.2018.

GATTI, Bernadete A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

GUGEL, Maria A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: <[http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em: set.2018.

JUNG, Carl Gustav, 1875-1961. J92p. **Psicologia do inconsciente** /C G Jung; tradução de Maria Luiza Appy. Petrópolis, Vozes, 1980.

LUCCI, Marcos A. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio histórica. **Revista de curriculum y formacion del profesorado**, 10, 2, 2006. Disponível em: <[HTTPS://www.ugr.es/recpro/rev102COL2port.pdf](https://www.ugr.es/recpro/rev102COL2port.pdf)>. Acesso em set.2018.

MAZZOTTA, Marcos J. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1995.

PERANZONI, Vaneza C.; FREITAS, Soraia N. A evolução do (pré) conceito de deficiência. **Revista Educação Especial**, n. 16. Santa Maria, 2000. Disponível em: <[HTTPS://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253](https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253)>. Acesso em: set.2018.

SILVA, Luzia Alves da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato; ZANETTI, Patrícia da Silva. **Vigotski e os fundamentos da defectologia**. Anais da XIV jornada do HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE, Foz do Iguaçu, PR, 2017. Disponível em: <<http://www.midas.unioeste.br/sgev/eventos/463/downloadArquivo/20902>>. Acesso em set.2018.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ANDRADA, Paula Costa de. **Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo**. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 30, n. 3, p. 355-365, set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set.2018.